

APRESENTAÇÃO

O tema da linguagem cruza a história do pensamento como uma potência cujo campo de ressonância é indissociável de certos elementos que circundam a fundação e a atividade da nossa cultura e o advento e o exercício da própria razão. Tomado sob esse aspecto fundacional, o enfoque da linguagem, então, permeia um horizonte de questões que não se constituem sem que venha à baila toda uma tradição e, com isto, ainda, também uma formação ou uma educação, inscritas no domínio da cultura. Portanto, ao tomar como crivo esta indissociabilidade, verifica-se que a relação entre educação e linguagem converge para um mesmo nível de condições e atravessamentos, de modo que a pergunta sobre a linguagem e seu plano de determinação contorna uma fronteira que insere a linguagem numa dimensão duplamente móvel e necessária. Esse duplo aspecto indica uma clivagem no interior da própria questão, pois ainda que esta última dimensão assinala o caráter relevante e constante da linguagem como objeto de indagação, esta por sua vez interdita uma interpretação fixa e linear.

Há pelo menos três vias sobre as quais podemos conjugar uma abordagem conceitual da linguagem, que correspondem a uma tripla inflexão: a via que corresponde a sua relação com a verdade, tal como se apresenta no pensamento grego entre os séculos VI e Va.C.; a via que se abre na modernidade com o apogeu do sujeito; e uma perspectiva

mais contemporânea, configurada a partir das noções de genealogia, força e acontecimento.

O sentido arcaico da linguagem remonta à noção primitiva de verdade (*alétheia*), a qual vigora não sob a forma de um conceito tal como residirá no acento da razão, mas como palavra que, circunscrita na figura do poeta, demarca uma esfera em que o canto poético e oracular é simultaneamente vetor de comunicação e realização. Dotada de um poder mágico-religioso, a palavra se constitui como narrativa (*mythos*) de uma origem distante e inacessível que, em sua potência, confere realidade à totalidade cósmica, encerrando nessa criação a eficácia de uma palavra cujo efeito revela a força de uma ação que realiza tudo de forma irrevogável. Sob esse aspecto, a palavra proferida pelo poeta em suas narrativas se constitui como discurso verdadeiro que, enquanto tal, cria a realidade com a eficácia e justiça inerente à força de sua efetuação. Assim, como esfera totalizante, esta palavra situa-se num tempo primordial, de modo que ao ser proferida tem o poder de profetizar o futuro, transcendendo angularmente ao tempo e ao mundo humanos, marcando assim o trânsito entre a origem e o futuro numa relação de conformidade com a ordem cósmica a qual ela mesma institui.

Portanto, a palavra contorna um plano cuja efetuação tem a capacidade de unir o sagrado e o profano, e com isto conduzir ao mundo humano as potências divinas e cósmicas que, ora ordenadas sob um mesmo espaço, propiciam a comunicação do humano com o sagrado. Assim é o caso, por exemplo, dos oráculos, profetas e, mesmo na tragédia, da figura do herói trágico, ou ainda dos primeiros filósofos, todos eles seres atravessados por uma ambigüidade que sublinha um poder que os ultrapassa, pois sua palavra comunica ao homem um segredo, um mistério que pertence a um outro mundo e cujo efeito eleva os seres para além do cotidiano.

Entretanto, esta noção originária e primitiva da linguagem se desfaz gradualmente mediante a cisão que se estabelece entre palavra e linguagem, decorrente da ruptura entre *mythos* e *logos*, promovida pelo advento da razão. Conquanto a verdade ainda figure no interior da

linguagem, esta por sua vez se desloca para a especificidade do próprio discurso enquanto pretensão de verdade, e por extensão para sua relação de oposição com a não verdade. Desde então, *Logos* é a síntese de três pares de idéias: palavra/discurso; pensamento/idéia; ser/realidade. Nessa determinação, *Logos* traduz a esfera racional que habita a linguagem, o conhecimento e o real. Não designando mais o termo ritual da palavra-sagrada ou palavra-verdade, mas a palavra dotada de poder racional, logo laica, *Logos* se caracteriza a partir de agora como “discurso” racional, palavra-pensamento, e desde então a palavra será caracterizada seja na esfera da verdade, seja na do falso ou do ambíguo.

Ora, o fato notável e fundamental que verificamos nesse quadro é que perfilando tanto a esfera cosmológica e ontológica, a linguagem é um atributo natural e essencial de todo ser racional, de modo que *na* e *pela* linguagem a totalidade cósmica se expressa e se apresenta à razão. A linguagem é o *logos* do real, pois é por meio desta que o real se abre à inteligibilidade e a natureza se torna manifesta. Nesse contexto, a verdade se reveste de uma outra determinação face ao fato de que a palavra deixa de manifestar o ato divino e criador como enunciação justa e eficaz para se tornar realidade natural subordinada às leis da *physis*. No contexto da *physis*, portanto, há uma relação de homologia entre o real e o discurso (*logos*) e progressivamente esta relação irá demarcar a unidade entre a ontologia e a cosmologia expressa na forma “linguagem do ser”. No ensejo de tal deslocamento, a verdade desde então contornará o campo do discurso cuja eficácia reside no enunciado, na sua relação com a exterioridade e sua significação. Deve-se considerar, todavia, sob a égide desse quadro de determinações, a importância consagrada ao conhecimento, o que inevitavelmente suscitará um debate em torno de duas vertentes cuja indagação tratará de saber se a linguagem emerge da natureza ou de convenções. Sob este aspecto, o diálogo **Crátilo**, de Platão, já assinala o que se constitui na forma de uma cisão no interior da própria razão, ao distinguir a natureza (*physis*) do que se determina como a esfera do ser. Neste traçado, o mundo não é mais regido pelas mesmas leis mediante as quais se explica o real e o ser, conquanto o mundo natural

se situe sob o domínio da convenção, regido ora pela contingência, ora pela necessidade. É a partir dessa clivagem, portanto, que irá se instaurar o debate com os Sofistas, debate que se desenvolve em torno da indagação se a linguagem situa-se no campo da convenção ou é algo proveniente da natureza, pois tratar-se-á de saber se os “nomes” se encontram naturalmente ligados às coisas cuja figuração obedece ao primado da essência. A despeito da polarização que irá assumir variações ainda contornáveis, o que se estabelece no âmbito dessa clivagem ainda se delinea sob o mesmo plano de subordinação à verdade, à significação.

Mas se o conhecimento se consagra como um plano determinante para o desenvolvimento das análises da linguagem, considerar-se-á então o fato de que a relação entre educação e linguagem permeia um solo de problemas e questões inerentes às condições em que se estabelecem o próprio ato de conhecer. Com efeito, esta determinação também se assinala na perspectiva apontada na abordagem platônica mediante a qual a linguagem consiste num *pharmakon*, que pode designar tanto conhecimento e comunicação, como também se assenta no domínio do encantamento e sedução. Considerada como um *pharmakon*, a linguagem se converte, então, de um lado, em mediadora na aquisição do conhecimento e da educação, mas também se caracteriza como potência sedutora e ilusória. Notadamente, o itinerário que se vislumbra nesse cruzamento ainda se insere naquele plano que tem a verdade como princípio a ser alcançado, e nessa perspectiva, ainda que elidido o seu sentido originário, a linguagem como matéria de pensamento assume uma tarefa que se consagra sobre a função de manifestação ou de ocultamento da verdade.

Esta tarefa, todavia, conhecerá no pensamento moderno um modelo de subordinação da verdade às noções de sujeito e de consciência. Sob esse paradigma, linguagem e verdade não residem senão como formas vazias fora da determinação do sujeito, pois o sujeito pensante, tal como inaugurado pelo *cogito* cartesiano é a instância fundadora que anima e confere à linguagem o sentido que lhe concerne e lhe permite a partir de então fundar significações. Este mesmo regime

é ainda assegurado, no entanto, adquirindo uma forma mais radical que evoca a constituição da linguagem como experiência originária dotada de significações *a priori*. Dessa forma, a linguagem guarda uma relação de identidade originária com o mundo e subordinada à mediação universal e, nesse sentido, assume o *topos* de uma consciência racional que, através do discurso, procura restituir ao mundo algo que ela já contém por uma relação de correspondência, cujo percurso torna possível o conhecimento do mundo sob a forma da verdade. Sujeito, linguagem, mundo, verdade e significado são termos que se cruzam e cuja unidade concerne à consciência. Nesse domínio, portanto, a exigência da verdade, como algo inerente ao discurso, se converte em garantia do universal e da identidade, pois se solicita da linguagem a universalidade imanente à própria razão, de modo que através da linguagem o mundo “fala”, e mediante esta conversão não apenas o conhecimento é possível, como também o sentido e significado do mundo estão assegurados.

Uma última inflexão que devemos assinalar, portanto, é aquela que se consagra em torno do debate contemporâneo acerca da linguagem. O que verificamos no entorno desse debate é a crítica da verdade desencadeada por autores contemporâneos em que se verifica um momento de cesura, a partir da qual a linguagem deixa de ter como referencial único o sujeito, a verdade, como baliza seja para o conhecimento, seja para o domínio da significação. Apesar de uma longa tradição cuja herança ainda encontra ressonâncias, o que pretendemos grifar nesta virada é a perspectiva assinalada a partir do século XIX, em que se pode traçar uma genealogia tal a que nos aponta Nietzsche, para quem a linguagem não ultrapassa a determinação de um elemento gregário, estando condicionada à moral. Partindo dessa crítica, por conseguinte, veremos que no itinerário deste filósofo um novo campo se delineia de modo que a linguagem passa a se converter num campo de força, cuja potência permite fazer vicejar uma infinidade de interpretações possíveis. O que se descortina no decurso dessas análises é que a linguagem cinde sua relação com o originário e o

universal para se situar num campo fértil de possibilidades que suplantam o modelo dualista do sujeito e do objeto, das palavras e das coisas, e cujo sentido supera a lógica do falso e do verdadeiro. Nesse sentido, para além da metafísica e da ontologia, a linguagem se abre a um campo móvel de linhas de força em que os discursos, as palavras e os sentidos antes de designarem um regime de coisas, seres, matérias, são circunstanciais e contornam experiências marcadas pelo acaso ou, como assevera Deleuze, pelo acontecimento. Neste quadro, portanto, diversos temas atravessam a linguagem e se conectam com a educação, a saber, o problema da subjetividade, da enunciação, da cultura, da ética, das relações de poder, ao nível do discurso, da disciplina, do ensino e conscientização da língua, etc, de modo que podemos sinalizar de um ponto de vista genealógico que o problema da linguagem e sua relação com a verdade circunscreve, como irá salientar Foucault, uma “sociedade de discurso” inseparável de procedimentos de exclusão. Em todos esses novos planos, a educação tem certamente muito a dizer.

Portanto, é com o propósito de fomentar o debate acerca da interação entre linguagem e educação a partir das mais variadas experiências de pesquisadores nacionais e internacionais, que o **APRENDER – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação** apresenta este dossiê especial sobre “Linguagem e Educação: língua, discurso e enunciação”.

Iara Rosa Farias, em “Discurso na formação dos hábitos e das atitudes: a linguagem nossa de cada dia”, discute a linguagem como fator relevante na constituição da subjetividade e da comunicação, considerando a questão do sentido e sua cristalização na formação dos hábitos e do cotidiano, utilizando como fio condutor de sua abordagem conceitos da lingüística e da semiótica francesa.

No artigo “Uma análise deleuzo-guattariana do processo enunciativo da ética e da moral na literatura de Franz Kafka”, Rodrigo Pelloso Gelamo e Maria da Graça Chamma Ferraz e Ferraz tomam como fio condutor a obra de Kafka para pensar a linguagem fora do projeto dualista, considerando a ruptura com este projeto a partir da

nova abordagem acerca da enunciação situada no pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari, de onde se pode compreender a linguagem como produtora de subjetividade e de novas semióticas.

Diógenes Cândido de Lima e Yvonna M. Roepcke, professora da Universidade do Arizona, no artigo “Biculturalism: an endless enigma”, publicado em sua versão original em inglês, analisam o conceito de cultura na relação ensino-aprendizagem da língua estrangeira e a interface entre bilingüismo e biculturalismo na abordagem sociolingüística.

Em “Bakhtin e Vigotski: reflexões sobre o ensino da língua materna”, Elane Nardotto Rios trava um diálogo entre Mikhail Bakhtin e Lev Semionovich Vigotski, e buscando os pontos de convergência entre os dois autores acerca da noção de sujeito, coloca em discussão o problema das formas lingüísticas, seja na compreensão discursiva e enunciativa em Bakhtin, ao tomar a língua como fato social, seja na reflexão sobre a mediação da escola no processo de conscientização da língua materna em Vigotski.

No texto “A perspectiva sócio-histórica e a educação: um diálogo com Bakhtin e Vigotski”, Glória de Melo Tonácio procura analisar do ponto de vista sócio-histórico, os conceitos concernentes ao estudo da linguagem e da educação, à luz da teoria enunciativa de Mikhail Bakhtin e da investigação sobre a linguagem e o processo de aprendizagem do ensino da língua materna em Lev Semionovich Vigotski.

E por fim, Carolina Bastos e Simone Oliveira, em “Ação comunicativa e ação dialógica: contribuições para uma educação libertadora”, traçam os pontos de convergência das abordagens de Jürgen Habermas e Paulo Freire tendo como mote as perspectivas emancipatórias presentes na reflexão dos dois autores como contribuição ao debate contemporâneo da educação.

Zamara Araújo dos Santos
Editora responsável